

ORLANDI, E. P. **Língua Brasileira e Outras Histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009. 203 p.

Julio Cesar Machado<sup>1</sup>

Danielly Barbosa Alvarenga<sup>2</sup>

Nesse livro, de modo geral, a autora repensa o tradicionalismo de uma organização portuguesa (a lusofonia) em detrimento de um funcionamento linguístico brasileiro. Ao decorrer de todas as páginas, fica claro que a nomeação portuguesa é um gesto administrativo, geográfico, unificante, uma política linguística, enfim, que prima pela homogeneidade ao apagar especificidades. Diante disso, a autora propõe reflexões que explicitam uma língua que, embora compartilhe semelhanças com o Português, consiste em um funcionamento próprio que prefere chamar de língua brasileira. E isso desde séculos atrás, como bem mostra nas análises de gramáticas e de demais obras de linguistas do passado, que se detiveram em trabalhar a língua falada no Brasil. É bom que se diga que esse livro não engendra uma gramática da língua brasileira, senão que deixa claro que não falamos o português que pensamos que falamos. Por outro lado, a noção de língua que a autora explora produz um efeito evidente de fazer repensar as divisões linguísticas globalmente distribuídas, na sua forma tradicional, especificamente o imaginário de língua una (única), isto é, crer em um único português falado em certas regiões mundiais. Ideia inconcebível pela autora, mas praticada comumente em ONGs, instituições linguísticas, escolares e materiais didáticos.

A pertinência desta obra para os estudiosos da linguagem, em geral, de modo particular para os gramáticos, afetados diretamente pelas fortes indagações da autora, é que Orlandi propõe pensar a língua não apenas geograficamente, etnicamente ou culturalmente, mas por um prisma de funcionamento livre de compromissos políticos estatais e normativos tradicionais, afastando-se de “uma relação forçada” entre a norma tradicional, o Estado e a língua. A essa relação forçada a autora nomeia de colonização linguística: impor uma sistemática linguística a um espaço de falantes (como impôs-se convencionalmente que “aqui no Brasil se fala Português”, devido exclusivamente a um percurso histórico que desconsidera tragicamente línguas como o tupi e o africano, dentre outras).

---

1 Docente da Fundação de Ensino Superior de Passos, filiada à Universidade Estadual de Minas Gerais (Fesp-UEMG). Doutorando pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Sebastião do Paraíso, Brasil, e-mail: [julio.semantica@gmail.com](mailto:julio.semantica@gmail.com)

2 Graduanda pela Fundação de Ensino Superior de Passos, filiada à Universidade Estadual de Minas Gerais (Fesp-UEMG). Piumhi, Brasil, e-mail: [daniellymoraesster@gmail.com](mailto:daniellymoraesster@gmail.com)

Estruturalmente falando, o livro de Eni Orlandi elenca uma série de reflexões sobre a história e a construção do que propõe chamar de “língua brasileira”. Sua estratégia analítica para asseverar a brasilidade sistêmico-discursiva da língua percorre a história de algumas linhas da Linguística, inicialmente, seguida, posteriormente, de uma seleção de documentos gramaticais ou normativos sobre gramáticas do Português. Assim, ela inicia a obra falando sobre o nascimento da Linguística como ciência e então discorre sobre uma das premissas da análise do discurso: a língua, não enquanto unidade transparente, mas enquanto sistema regulado por condições de produção diversas. Seu foco, nessa obra, é justamente dar relevo à não unidade e não transparência da língua dita Portuguesa. Para a autora, há um real da língua que funciona no Brasil que fura esse sistema imaginário tradicional, uno e transparente.

Podemos achar que conhecemos a língua brasileira, porém, segundo a autora, o que sabemos a seu respeito é apenas a ponta de um grande iceberg, pois ela é muito complexa. A própria experiência nos diz que ninguém, por melhor que domine a própria língua, é capaz de conhecer todos os vocábulos e todos os usos de seu idioma.

Para melhor elucidar seu conceito de língua, a autora faz duas distinções: a primeira é a noção de língua fluida e a outra, língua imaginária. Língua fluida é a língua real, praticada, aquela que não pode ser contida, pois está constantemente se movendo. Língua imaginária é aquela idealizada, um sistema fechado e cheio de regras. Esta é uma distinção muito interessante que retrata bem a realidade em torno das ideias sobre as línguas, sejam elas quaisquer.

Por esse arcabouço teórico metodológico de língua fluida/imaginária, a autora consegue evidenciar que a “língua portuguesa” empregada no Brasil é diferente da língua portuguesa falada em Portugal, possui suas próprias particularidades. No âmbito da língua imaginária está a gramaticalidade. A norma que se constrói sobre certa língua. No caso da relação português/brasileiro, uma das principais diferenças é a colocação dos pronomes. Aqui, os pronomes complementares, geralmente, são postos antes do verbo, ou melhor, há liberdade no emprego pronominal; em Portugal, os pronomes são normalmente colocados depois do verbo e seu uso ocorre com regularidade. Mas, as diferenças também ocorrem no campo fonético, lexical, tornando uma conversa entre portugueses e brasileiros quase ininteligível.

A autora segue na sua hipótese – a não unicidade da língua portuguesa, ou, os problemas de se considerar uma língua portuguesa de Portugal falada no Brasil, ou ainda, indiretamente, a possibilidade de considerar uma língua que funcione exclusivamente no Brasil, mesmo que parecida com a língua portuguesa – rememorando que no período colonial brasileiro surgiu uma língua chamada de língua geral, falada por negros, índios, brancos. Essa

língua foi usada ao lado do português na colônia brasileira e ganhou uma importância tal, que começou a suplantá-la a língua portuguesa. Porém, a comunicação na língua geral foi proibida. Por questões políticas e sociais decretou-se que a única língua aceita era o português (um gesto de colonização linguístico-lusofônico). Aos poucos a língua geral foi deixando de ser empregada. Depois, com a chegada do príncipe regente houve um grande deslocamento para os centros urbanos (lugares onde a língua padrão acaba se concentrando) e o português progressivamente se sobrepôs.

Orlandi assevera que a língua portuguesa no Brasil foi se transformando ao funcionar em outra realidade. Mudou a partir do contato com as línguas africanas, indígenas e com menor grau o alemão, italiano e outras línguas europeias faladas aqui antes e depois da colonização. Com a independência política essa língua passou a ser vista sem preconceitos. Esse foi o ponto de partida para a legitimação da língua nacional.

A hipótese da língua brasileira – realidade para a autora – consiste em afirmar que, assim como todas as línguas, a língua que funciona no espaço brasileiro, nomeada convencionalmente de “Língua Portuguesa”, é heterogênea, possui diversas variedades, dentre elas a língua comum. A língua comum é aquela que torna possível a comunicação em meio às variedades locais. A sua utilização estética constitui a língua literária, o português padrão.

A política linguística, isto é, o procedimento administrativo da língua, apresenta-se interessantemente bem exposto no momento em que a autora relata que, na Era Vargas, havia vários grupos de outras nacionalidades no Brasil, especialmente na região sul. Eram alemães, italianos, entre outros. Esses grupos mantinham certo isolamento, conservavam escolas em que se ensinava a língua pátria e faziam publicações na sua própria língua. Logo os estrangeiros passaram a ser alvo de observação e controle por parte do Estado. Vargas tratou de decretar que as crianças fossem ensinadas na língua nacional. Várias restrições foram impostas aos estrangeiros em nome de um nacionalismo exacerbado. Dentre elas cuidou-se para que os imigrantes de uma mesma nacionalidade não se aglomerassem num único estado; foi proibida a comunicação em língua estrangeira em órgãos públicos ou durante o serviço militar e a contratação de professoras estrangeiras. Foi uma época de grande repressão linguística. Mesmo que não esteja explícito na obra, esses relatos rememoram a situação ampla brasileira onde não é difícil perceber que o vasto rol de material didático utilizado no Brasil configura-se ainda nessa postura unificadora: exercícios de supervalorização lusofônica que apagam funcionamentos genuinamente brasileiros. No conjunto desses relatos da autora, é perceptível uma postura utópica de unidade portuguesa imaginária, que, como ela bem mostra por recortes e exemplos, não se efetiva entre os falantes fluidos brasileiros.

A determinação e a interferência direta do Estado nas disposições políticas da língua ficam evidentes, e com certo relevo, quando a autora discute a ocasião em que o Estado decreta a instituição da NGB (Norma Gramatical Brasileira – 1959; 1999). A NGB desautorizava (e desautoriza) posições de diferentes gramáticos, uma vez que eles deveriam “obedecer” as conveniências sobre o Português, estipulado pelo Estado. Assim, “O Estado administra a relação do brasileiro com a língua nacional. A função autor do saber sobre a língua se desloca para o linguista. Mas é o Estado que tem autoridade sobre ela (ORLANDI, 2009, p. 177). Sua obra abre a seguinte discussão: em que medida os materiais didáticos são mais administrativos (se seguem instituições que legitimam, e essas necessariamente apenas perpetuam normatividades) que científicos (que questionam o dito “Português do Brasil”, já que não falamos esse Português)?

A autora, ainda na sua incursão histórica, traz à tona o fato de que, no primeiro momento da história do Brasil, a produção sobre a língua era feita pelos colonizadores. A partir do século XIX a produção linguística passou a ser feita por brasileiros. A partir desse momento a língua que falamos se tornou mais visível, uma língua portuguesa, mas diferente de Portugal. Orlandi comprova analiticamente, ao perscrutar um seletor *corpora* metalinguístico ao longo do livro, que vai de gramáticas à documentos oficiais, que falamos a língua brasileira, filiada ao português que, por sua vez, é filiado ao latim. Por isso, o cerne identitário de uma língua não se resume na noção de origem, como pretendem os livros didáticos, mas na noção de processo.

Uma parte final do livro que merece ênfase seria “O processo de descolonização linguística e lusofonia”. Ali, a autora insiste em uma necessidade de desconstrução dessa noção imaginária, a lusofonia. Para tanto propõe a noção de descolonização linguística. Segundo a autora, já que o espaço de falantes do Brasil já goza de autonomia linguística, é necessário que se descolonize o Brasil de uma “submissão” portuguesa. Orlandi insiste que não há uma unidade que se possa chamar de lusofonia. Lusofonia é nada mais que pretexto para nos compreendermos em nossas singularidades. Para operar essa descolonização linguisticamente, a autora defende também uma descolonização teórica, na mesma proporção de um despertencimento ideológico de submissão ao português, à NGB, à tradição. A noção de descolonização, no interior da proposta de língua brasileira, torna possível certas asseverações de peso, como a de que “[...] quanto mais se fala em universalidade, mais se assiste a todas as formas de preconceito e segregação. Além de repensar a lusofonia devemos dismundializar a reflexão, dismundializar o cientista” (ORLANDI, 2009, p. 180).

Adiante, a autora compara duas situações enunciativas, uma portuguesa e uma brasileira, assim: na primeira o falante português nomeia coisas agenciado pelos memoráveis de Portugal (há uma relação “palavra-coisa”). Na segunda, o falante brasileiro, desprovido do memorável do País de Portugal, assume certa sistemática portuguesa (imposta aqui), mas se serve de memoráveis brasileiros para nomear, e não de Portugal. Ou seja, pretende-se um funcionamento português, mas com determinações brasileiras (ocasionando uma relação palavra-palavra). Segue-se que o espaço brasileiro historiciza a língua.

Ainda no escopo dessa discussão, a autora salienta que Júlio Ribeiro (1881) – inaugura uma discursividade e uma posição crítica face aos gramáticos. Isto é, não mais teremos de ir a Portugal para aprender a Língua, podemos estudar em nossas próprias gramáticas. Isso já naquela época. A língua brasileira já tinha seus inícios documentais, já que a gramática é um lugar de construção e de representação da nossa identidade e da nossa unidade (língua/nação/Estado).

Concluindo, por essa obra pertinente e polêmica, constata-se que é mais produtivo estudar o processo, e não a noção suposta e escorregadia da origem, uma vez que esta se subsume naquela. A origem limita-se ao passado, o processo vai adiante, e perscruta o presente e o futuro. Por um foco de origem talvez falemos sim um Português caminhante, mas sempre andarilho, afirmação difícil de se sustentar se levássemos em conta uma metodologia de processo, tal como apresentada por Orlandi, em que não falamos português, mas uma língua fortemente afetada pelo sistema português e por suas determinações históricas e sociais.

Enquanto perspectiva de contribuição científica futura, a presente obra orlandiana traz, no mínimo, duas contribuições singulares para estudos de linguagens:

1. A observação de que o gesto mínimo de nomear uma língua (português, inglês, espanhol etc) é em si um gesto de política linguística, ou seja, apenas o gesto de nomear uma língua como X é traçar fronteiras, impedir contatos, desfazer atravessamentos, impor limites, interferir no funcionamento em prol de uma estabilização imaginária, alimentada pela prática de difusão gramatical. Se assim não o fosse, já teríamos a legitimação da língua brasileira, já em voga há muitas décadas, como exemplificado.
2. A possibilidade de uma definição linguística própria para o funcionamento da língua no Brasil (que a autora não o fez de modo explícito, muito embora a obra, no seu conjunto, seja um grande argumento para fazê-lo). Não apenas uma definição

normativa para o funcionamento linguístico-brasileiro (sistêmico, geográfico ou gramatical), mas, na esteira das análises da pesquisadora e a guisa de seus vários exemplos, a definição de uma língua, no espaço brasileiro, passível de determinações fonéticas, espaciais, temporais, sociais, históricas, estilísticas e demais especificidades agenciadas por certas particularidades diversas. Temos então um complexo heterogêneo chamado língua, no qual é possível vislumbrar certa sistematicidade brasileira, distante de uma estabilidade gráfico-oral portuguesa homogênea e mundialmente disposta.

Data de recebimento: 17 de fevereiro de 2012.

Data de aceite: 08 de julho de 2012.